

## 1964, a nação ameaçada: uma análise do manifesto de Auro Moura Andrade, a partir do conceito de identidades nacionais por Anne-Marie Thiesse

1964, la nación amenazada:  
un análisis del Manifiesto de Auro Moura Andrade, basado en el concepto de  
identidades nacionales de Anne-Marie Thiesse

1964, the threatened nation:  
an analysis of the Auro Moura Andrade manifesto from the concept of national  
identities by Anne-Marie Thiesse

RODRIGO ALVES RODRIGUES<sup>i</sup>  

**Resumo:** O presente artigo buscará analisar criticamente a linguagem do pensamento político, a partir do qual o termo “nação” fora empregado como estratégia de manipulação, em vista da preparação do Golpe de 1964. A pesquisapartirá do conceito, a partir dos estudos da historiadora Anne-Marie Thiesse, seguido da análise histórico-crítica no recorte temporal de março de 1964, focando a centralidade da investigação na revolta dos marinheiros e, por fim, utilizará como objeto os discursos de Auro Moura Andrade, para chegar à conclusão de como o tema, cunhado pela historiadora e enfatizado nos calorosos discursos do Senador em questão, auxiliaram a elite conservadora – da qual ele era representante, a executar o golpe civil-militar que levou o Brasil ao fim de sua experiência democrática e ao início de mais de duas décadas marcadas por repressão, sangue e censura, em nome da segurança nacional.

**Palavras-chave:** Manipulação. Nação. Política.

**Resumen:** Este artículo buscará analizar críticamente el lenguaje del pensamiento político, a partir del cual se utilizó el término “nación” como estrategia de manipulación, de cara a la preparación del Golpe de Estado de 1964. La búsqueda partirá del concepto, con base en los estudios de la historiadora Anne-Marie Thiesse, seguido del análisis histórico-crítico en el marco temporal de marzo de 1964, centrándonos en la centralidad de la investigación en la revuelta de los marineros y, finalmente, tomará como objeto los discursos de Auro Moura Andrade, para llegar a la conclusión de cómo el tema, acuñado por la historiadora y enfatizado en los cálidos discursos del senador en cuestión, ayudó a la elite conservadora, de la que él era representante, a llevar a cabo el golpe cívico-militar que llevó a Brasil al final de su experiencia democrática y al inicio de más de dos décadas marcadas por la represión, la sangre y la censura, en nombre de la seguridad nacional.

**Palabras clave:** Manipulación. Nación. Política.

**Abstract:** This paper aims to critically analyze the language of political thought, whose term 'nation' was employed as a manipulation strategy within the framework of the preparation for the 1964 Coup d'État. For this purpose, this study will draw upon concepts developed by the notable historian Anne-Marie Thiesse. Thereafter, a critical analysis of the events that took place in March 1964 will be carried out. It is important to point out that the main purpose of the aforementioned analysis is to focus on the conservative senator Auro Moura de Andrade's political speeches. In conclusion, this paper argues that such impassioned speeches were critical to the demise of the short-lived Brazilian democracy at the time and the beginning of more than two decades marked by repression, blood, and censorship in the name of national security.

**Keywords:** Language. Nation. Politics.

---

<sup>i</sup> Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, bolsista CAPES. Licenciado em História (2023) e Geografia (2022) pelo Centro Universitário ETEP e graduado (2017) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

## Considerações iniciais

Os alicerces da democracia no contexto da república brasileira valem-se dos esforços conjuntos em mantê-la, mesmo que já se tendo declarado imperfeita, não somente no contexto histórico acerca de seu exercício - seja no recorte espacial em questão, seja na diversidade dos locais onde é exercida, mas também num contexto sistemático, organizada em forma de Constituição.

Ousamos, contudo, partir da análise filosófica do conceito de Nação, no qual, como destinatária, a democracia tange a garantia da liberdade individual e participação coletiva, resguardando os direitos de cada um e, ao mesmo tempo, tornando-o ciente de seu papel social, de caráter ativo, frente às Instituições que o representam. Para isso, exige-se do cidadão a consciência de sua responsabilidade, que não lhe é dada de outra forma, senão como resultado de uma capacidade de análise crítica, tanto de si mesmo, quanto da sociedade, cujo motor de movimento depende da ação de seus representantes, visto ser ele mesmo, como princípio, o responsável de exercer e resguardar tal democracia.

A presente pesquisa debruça-se sobre a análise de pequenos fragmentos dos discursos de Auro Moura Andrade: tal personagem não foi escolhido aleatoriamente, num contexto do acaso, mas busca ver refletido nele um grupo de conservadores, sobretudo aqueles que se fizeram representar na marcha das famílias, aos 19 de março do ano em questão- 1964; de igual forma, o recorte temporal simboliza, no desenrolar dos fatos que levaram ao golpe, aquilo que atualmente é considerado, quase em unanimidade pelos pesquisadores, como ponto crucial que deflagrou a montagem do palco onde os militares armaram a derrubada de João Belchior Marques Goulart, apoiados por parte da camada social, parte das Instituições e pelos Estados Unidos da América.

Para esboçar as trilhas do presente trabalho, nos debruçaremos, em primeiro passo, sobre uma singela análise da atividade militar, de caráter político-ideológico que preparava os atos que se desencadearam, apoiados e sustentados pela elite conservadora. No contexto contemporâneo, nos deparamos com o crescimento de movimentos que buscam reescrever tal análise, partindo do conceito de negação dos fatos para interpretá-los fora de seu eixo de verdade. Este trabalho representa, portanto, uma tentativa de compreender os fatos a partir da

real intenção de seus autores, analisando o discurso como ferramenta de manipulação - discurso que usou do disfarce democrático para garantir-lhe solidez e validade, como se tal fosse. Ao mesmo tempo, portanto, que faz um julgamento da história a partir de seus fatos, busca compreender o presente como fruto dos acontecimentos que, apesar de superados, deixam marcas de seus processos que jamais poderemos permitir que se repitam.

## Anticomunismo e janguismo no Brasil

Embora o início dos atos golpistas tenha seu ápice aos 31 de março, devemos considerar as conspirações que suscitaram o espírito do golpe nas esferas tanto militar quanto civil. Estas possuem sua raiz nos tempos do governo democrático de Getúlio Vargas, embora não tenham ganhado força, seja no governo em questão, seja nos dias de Juscelino Kubitschek. A perspectiva política que gera a atividade golpista de manipulação da elite conservadora parte de seu discurso e de sua relação com a Escola Superior de Guerra (ESG) e com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), dentro dos dias que precederam as reivindicações que culminaram no Golpe civil-militar de 1964. É importante ressaltar que tal investigação não se restringirá à apresentação de um apanhado de fatos, mas à análise crítica, a partir de tais fatos, que nos levará a investigar as raízes do discurso propriamente dito, uma vez que este é o responsável por fomentar e incentivar as práticas políticas que se desdobraram a partir de então.

Inicialmente nos chama a atenção que o termo “civil-militar” aqui empregado faz referência direta a essa porção conservadora da sociedade que clamou pela tomada dos poderes; porém, não foi um clamor ao acaso, mas a consequência do discurso político, fomentado pelo apoio de setores influentes, em contexto nacional.

No dia 30 de março de 1964, o Brasil foi dormir sonhando com as reformas sociais propostas pelo governo João Goulart. Na manhã seguinte, porém, a nação acordava com o rumor de um golpe de Estado realizado pelas forças armadas. A perplexidade e a surpresa tomaram conta de boa parte da sociedade brasileira, sobretudo dos setores identificados com as ideias nacionalistas e de esquerda, que possuíam amplo espaço no governo deposto (Napolitano, 1998, p. 4).

Uma questão que surge neste início de reflexão: Qual os rumores e movimentações que aconteceram às vésperas da madrugada de 31 de março de 1964, visto que, como intitula Elio Gaspari: “O exército dormiu janguista e acordou revolucionário” (2022, p. 7):

Nos poucos estudos sobre as esquerdas no governo Goulart, é muito comum a citação de alguns partidos e organizações que atuaram no período: o PCB, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), a Ação Popular (AP), O Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essas organizações são compreendidas como ‘as esquerdas’ da época. Existiram diversos partidos, organizações, movimentos e frentes de esquerda que atuaram no governo Goulart, mas que receberam escassas referências na bibliografia especializada (Ferreira, 2013, p. 118).

O clima de tensão que cercava por todos os lados cada passo de João Goulart ganhou intensidade aos 25 de agosto de 1961, quando o então presidente Jânio Quadros entregou sua carta de renúncia ao Congresso Nacional, deixando com o ministro da Justiça as razões de sua decisão (Silva, 1975, p. 150). Podemos afirmar que este fora o momento mais tenso de seu curto governo até então, tendo, ao mesmo tempo, uma certeza e uma incerteza, ambas na esfera constitucional: a certeza de que, segundo as normas legais, João Goulart deveria assumir, ao retornar de sua viagem; a incerteza em relação aos militares. Aqui poderíamos abrir espaço para uma questão: de onde procede o caráter político dos militares? Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo e referência na resistência católica traz essa informação:

O Exército teve seu batismo de fogo como força anticomunista, a partir de um levante desencadeado pelo Partido Comunista, em novembro de 1935. A insurreição limitou-se aos quartéis e foi prontamente sufocada. Mas o episódio é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual se celebram as solenidades anuais de reafirmação dos ideais sagrados de combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964 (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 55).

Vale ressaltar que João Goulart era “visto pela elite como nacionalista e próximo da esquerda” (Silva, 1975, p. 150), o que remete a contextualizarmos no momento histórico internacional em meados de 1964, isto é, a guerra fria que movimentava a Europa Ocidental, liderada pelos Estados Unidos da América, e a Europa Oriental, liderada pela União Soviética, divididas pela cortina de ferro, para aproximar o maior número de aliados possível para a comunhão com seus ideais. A participação e o apoio dos EUA ao Brasil eram quase

inevitáveis e, embora o clamor social pela soberania democrática fosse de vasta eloquência e seus apoiadores em grande massa, pertencia à elite conservadora que clamava pelo golpe de Estado desde a marcha das famílias, com Deus, pela “liberdade”, o poder aquisitivo de munções e apoio das juntas militares e forças armadas, nacionais e internacionais, para consolidar o golpe e assegurar que, embora muitos, seus opositores estariam inofensivos.

O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as esquerdas (Araujo; Silva; Santos, 2013, p. 15).

O apoio ao golpe não somente possuía um apoio armamentista, mas valia-se também da circulação da informação, como era um dos meios usados pela Guerra Fria para destilar o desapoio às correntes ideológicas de seus adversários, na estratégia de “dominação e de desenvolvimento econômico” (Napolitano, 1998, p. 6). Um exemplo claro parte do jornal *O Estado de São Paulo*, que afirma em editorial:

A revolução foi obra da coletividade brasileira na sua totalidade, e o que a torna um dos momentos mais altos da sua História é exatamente ela ter sido uma determinação imperativa da consciência nacional.<sup>1</sup>

Quem, de fato, é incluído no grupo “coletividade brasileira”? Atualmente, há uma separação entre o “nós e eles”, “cidadãos de bem”. Quais os requisitos para tomar parte nestes grupos? Ainda mais: qual a influência que exerceram neste momento que nos cabe investigar? Não podemos, contudo, considerar o golpe como uma mera jogada de sorte na madrugada; algo havia sido arquitetado.

A origem política do 31 de março decorre da crise institucional, já delineada desde os primeiros anos de vigência da Constituição de 1946. Essa crise tem, como traço fundamental, a separação cada vez maior entre a nação e sua representação, gerando os episódios dramáticos que assinalam os últimos anos, sobretudo a partir de 1954. As crises do poder sucedem-se, nos vinte anos decorridos entre 29 de outubro de 1945 (deposição de Vargas) e 31 de março de 1964 (deposição de Jango). Neste interregno registram-se: os impedimentos de Café Filho e Carlos Luz, em 1955; a renúncia de Jânio, em 1961; a batalha da posse de Jango; a adoção do

parlamentarismo; o plebiscito presidencialista. Os últimos anos do Governo Jango confirmaram a permanência da crise (Silva, 1975, p. 33).

Steven Levitsky faz uma análise crítica sobre os passos de um regime que planeja e arquiteta a derrubada de um sistema democrático para fins de gerar um sistema autoritário que, obviamente, amplie seus poderes. A problemática já solucionada pelo cientista político apresenta a sistemática que gera, não um golpe propriamente dito e imediato, mas o cenário que facilita a instalação do mesmo – é necessário preparar o terreno.

O silenciamento dissimulado de vozes influentes – por cooptação ou, se necessário, intimidação – pode ter consequências efetivas para a oposição ao regime. Quando empresários são presos, como no caso de Khodorkovsky na Rússia, outros empreendedores concluem que é mais sensato se retirar de uma vez por todas da política. E quando políticos de oposição são presos ou exilados, como na Venezuela, outros políticos decidem desistir e se retirar. Muitos dissidentes decidem ficar em casa em vez de participar politicamente, e os que permanecem ativos ficam cada vez mais desalentados. É isso que o governo quer. Uma vez que os principais opositoristas, mídia e empresários são afastados ou marginalizados, a oposição se esvazia. O governo “ganha” sem necessariamente quebrar as regras (Levitsky, 2018, p. 102)

Observa-se que, diante do atual contexto político no Brasil, a problemática em questão trata de um contexto que não nos causa estranheza: a desconfiança em relação às mídias de informação, a intimidação aos adversários ideológicos e as utopias de ordem e progresso servem, como outrora, para criar no meio social a desconfiança – e tal desconfiança, portanto, desestabiliza o sistema, colocando-o à mercê, enfraquecendo-o e, portanto, eliminando suas forças de atração. Como exemplo, o fenômeno das notícias falsas e sua instrumentalização para fins políticos que é uma consequência deste enfraquecimento, visto que a fonte de fala já está colocada em questão.

Uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão. Aspirantes a autocratas costumam usar crises econômicas, desastres naturais e, sobretudo, ameaças à segurança – guerras, insurreições armadas ou ataques terroristas – para justificar medidas antidemocráticas (Levitsky, 2018, p. 108).

## Sobre o conceito de nação

Anne-Marie Thiesse trabalha o conceito de Nação a partir de dois focos, que, segundo sua concepção, são “concepções antagônicas” (Thiesse, 2008). A primeira, faz menção direta ao caráter revolucionário, como ato de resistência e grito de autoafirmação; a outra, no entanto, parte de um caráter cujas raízes estão atreladas ao campo das ideias mesmas, um “determinismo organicista” (Thiesse, 2008). Ao apresentar a dupla face do conceito em questão, a autora os enlaça como responsáveis pela ereção das diversas nações, chegando a definir como “falaciosa” tal ideia de oposição. Para ela, ambos os conceitos sugerem um ideal personalíssimo que, no conceito de sociedade, sujeita uns e todos à busca do ideal nacional como forma de expressão mais autêntica de pertencimento e orgulho (Thiesse, 2008).

Tal ideal, segundo a autora, une sujeitos de todas as classes em torno da mesma ideia de que, ao contrário da análise a priori dos que se baseiam no termo “ficção”, não se refere a um modelo de busca das massas, mas de uma construção política em nome do nós, sendo construída pela “transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável” (Thiesse, 2008, p. 9). O conceito atrelado à práxis de sua hipótese não está, contudo, ligado apenas ao desejo de ser, mas à construção do todo a partir de componentes identitários, que definam, separem e imprimam caráter de aparência ao que acumulem tais componentes - elementos, poderíamos sintetizar, materiais e simbólicos que compõe a compreensão de identidade cultural.

A reivindicação de filiação vem acompanhada do enunciado de um postulado: o Povo é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original. [...] A investigação destes vestígios permite, portanto, colocar em dia e estabelecer, após reconstituição, os autênticos fundamentos de uma moderna cultura nacional (Thiesse, 2008, p. 9).

O conceito que se apresenta como resultado de um processo de culturalidade ancestral, deixa claro seu desejo de legitimidade e independência em relação às demais culturas, haja vista a construção histórica que a autora faz, entrelaçando o tema ao contexto europeu do século XVIII, uma tentativa de “criar culturas nacionais que não sejam unicamente imitações e, conseqüentemente, versões inferiores” (Thiesse, 2008, p. 10). Em

suma, o que vale ressaltar é o aspecto de superioridade em relação à ficção do nacionalismo e, ao mesmo tempo, seu aspecto imaginário já nas primícias de sua fundação.

A ideia de representação da nação apresenta-se como um mito que passa a ser construído e, ao mesmo tempo, buscado: construído em seus aspectos e buscado em suas raízes, como desejo de fundamento na sua própria história. Ademais, vale situar o conceito como gerador de desejo e, ao mesmo tempo, ineficiente por si mesmo. A base dos movimentos em questão, isto é, nacionalistas, deflagra sua identidade frágil por ser, ela mesma, desprovida de solidez em si. Não são, contudo, desprovidas de valor cultural e simbólico, apresentando-se como “um contrapeso eficaz que permitiu às sociedades ocidentais efetuarem, durante os dois últimos séculos, transformações radicais.

A ineficácia do ideal de identidade nacional se refere, contudo, à disjunção entre representação e realidade, isto é, entre aquilo que se constrói - sendo, portanto, uma representação do arcabouço das representações simbólicas de sua história cultural, e o local de onde se parte – sendo isento de verificações empíricas, uma vez que se apresentam em relação à cultura, como resultado e resultante. Esta, para Thiesse (2008, p. 12), constitui “uma das grandes fragilidades das sociedades contemporâneas”.

## **A ideia de “nação ameaçada” e a revolta dos marinheiros**

Analisemos a partir daqui a ideia já trabalhada de nação, a partir de sua aplicabilidade nos discursos políticos no recorte temporal de 1963 a 1964, no período que antecedeu o golpe civil-militar no Brasil. Antes, é necessário recordar os fatos que se desenrolaram neste contexto. O ordenamento dos fatos encontra seus primeiros passos no contexto pós-varguismo com o nascimento da UDN e o fortalecimento de ideais políticos ligados a ideais conservadores, mascarados pela busca do nacionalismo, embora entreguista, e em nome da segurança nacional, embora tenha se identificado como um dos movimentos mais sangrentos de toda a História do Brasil.

Ao final de 1962, o cenário no qual o governo de João Belchior Marques Goulart, já delicado desde sua dramática posse aos 07 de setembro de 1961, caminhava para o fim do parlamentarismo, trazendo com a vitória do plebiscito em janeiro do ano seguinte a perspectiva de colocar em prática as propostas reformistas. Neste contexto, os discursos da

oposição se inflamavam, usando de figuras de linguagem e da retórica como armas para dar credibilidade à sua mensagem.

Sobre isso, observa Elio Gaspari:

Na base dessa utopia, funcionando como mola propulsora para efeitos de propaganda e como cimento para unir interesses divergentes, esteve sempre o perigo comunista e, com ele, o apocalipse utilitário da sua ameaça iminente. [...] O anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas fossem confundidas com o “perigo vermelho”. No centro da questão, no Brasil, estavam as incertezas do regime de 1946 e sua crise, provocada pela difícil convivência entre o sufrágio universal e a questão social projetada sobre o funcionamento do Estado (2002, p. 212).

Como personagem político de referência na presente pesquisa, destacamos Auro Moura Andrade. Em seu manifesto à nação, Auro Moura Andrade anuncia de forma imperativa aquilo que estaria por vir, já definido em planos, porém, que aguardava o palco no qual pudesse desenvolver sua trama – usando, de forma estratégica, a partida do então presidente João Goulart ao Rio Grande do Sul como oportunidade para desenrolar tais fatos.

Ao iniciar o discurso, Auro Moura Andrade apela ao povo, apresentando o contexto político como oportuno para reforçar, em primeiro lugar, a confiança nas Forças Armadas e, em segundo lugar, o desejo delas em garantir a integralidade dos cumprimentos democráticos de então. Há, segundo ele, uma necessidade de que todos “tomem consciência da extrema gravidade do momento”. Cabe-nos, a priori, questionar: a qual momento estaria se referindo o Senador? Aos 25 de março do mesmo mês, celebrava-se o que, para muitos, era considerado o levante organizado de subversão da ordem militar no Brasil: a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Tal instituição, indiretamente apoiada por João Goulart e diretamente oposta ao Almirante Silvio Mota, colocava em xeque a moralidade disciplinar das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, a credibilidade do presidente frente à relação aparentemente amigável com tal instituição - o que geraria, a curtíssimo prazo, o apoio militar à declaração do golpe. A participação de um grupo de militares no Sindicato dos Bancários foi vista com maus olhos pelo então ministro, culminando com a ordem de prisão e perseguição aos que se mantiveram foragidos. Era clara a crise institucional que vinha se arquitetando entre os militares.

Neste clima de incertezas e sendo perceptível o apoio do presidente às movimentações revoltosas, sobretudo ao mediar a crise com a substituição de Silvío Mota por Paulo Mário da Cunha Rodrigues, a oposição, tendo o Senador Auro Moura Andrade como um de seus líderes, vê chegada a oportunidade de deflagração daquilo que desde 1962 ansiosamente se aguardava, anunciado por ele como “crise nacional” – em seu discurso:

A crise nacional se agrava, pondo em risco as liberdades públicas e a própria Constituição. A situação econômica é catastrófica e a inflação devora o país. Tudo é pretexto para alarmar a Nação. Apelo para o Exército, para a Marinha e para a Aeronáutica, a fim de que sustem as veleidades dos agitadores e não anime os propósitos dos que anarquizam este País.<sup>ii</sup>

Era, pois, chegado o momento de se apresentar ao povo como arauto de reconstituição da moralidade, tendo neste arquétipo o sustento das forças de apoio popular que mantiveram vivas e firmes as bases golpistas até então. Tal apoio mostra-se claramente manifesto nos atos de 19 de março do mesmo ano, organizados em forma de marcha, tendo em seu título “pela liberdade” - tal liberdade que, no que tangia os valores constitucionais, seria plenamente alcançada pelo ato antidemocrático de derrubada do presidente constitucionalmente empossado, ou seja, a declaração de uma guerra em nome da paz, algo contraditório do início ao fim.

Até o momento, poderíamos dizer, não havia nada de novo entre as turbulências do governo de João Goulart: oposição formada e atuante, polarização política, desconfiança militar – no contexto internacional de guerra fria, uma receita da qual já haviam sido vítimas seus antecessores, sobretudo Getúlio Dornelles Vargas, Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros. O que se apresenta como fato desnorteador, insustentável, do ponto de vista hierárquico e divisor de águas, do ponto de vista histórico-cronológico, é o posicionamento do presidente aos grupos revoltosos, dos quais não abria mão. Tal posicionamento é confirmado mais tarde: vendo-se diretamente ameaçado e percebendo urgente a afirmação de seu governo, o presidente João Goulart recorre ao Ministro da guerra, Sr. Jair Dantas Ribeiro pela garantia de sua permanência, já sendo vítima do levante iniciado em Minas Gerais aos 31 de março. Como condição para tal, uma das exigências do então Ministro fora a extinção do Comando Geral dos Trabalhadores, base diretamente aliada do presidente. Tal exigência foi negada como condição por João Goulart que, simultaneamente, recebeu o pedido de demissão do então Ministro. Para Goulart, o apoio aos setores progressistas que sustentavam sua base de

apoio era algo inegociável; para as bases da oposição, era oportunidade para reafirmar a necessidade de apoio civil para “construir dias melhores, senão para impedir dias piores”.<sup>iii</sup>

Até aqui fica claro o contexto histórico que Auro Moura Andrade define como momento grave; a partir daqui, passamos a considerar que o rótulo das revoltas ultrapassa, segundo ele, a esfera puramente militar para atingir a um contexto mais abrangente, nacional: “A subversão da hierarquia e o incentivo à indisciplina [...], deixam de ser fatos particulares das Forças Armadas e passam a constituir um fato da Nação que se vê ameaçada”.<sup>iv</sup> A ampliação do conceito de crise é uma das chaves usadas para se compreender o golpe de 31 de março, embora não seja este o objetivo da presente pesquisa; porém, vale ressaltar que essa estratégia é indispensável para estreitar ainda mais os laços entre civis e militares, povo e Forças Armadas – tal união de forças era necessária para garantir a validação do golpe, algo que não fora conquistado em 1961, quando grande camada da esfera social, sobretudo organizada por Leonel Brizola no Movimento de Resistência Democrática e Voz da Legalidade, garantiram a posse de João Goulart. A oposição golpista sabia que era necessário ter o povo ao seu lado para que, desta vez, a oportunidade de instalação do sistema repressivo não fosse obrigada a “recuar mais uma vez para a fase dos preparativos” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 57).

## O Manifesto de Auro Moura Andrade

O conceito de Nação já fora exposto na presente pesquisa, acenando à ideia de ficção criadora, a partir do qual se organizam os sujeitos sociais. Porém, vale destacar, a princípio, que tal ideia, embora seja apresentada sem as devidas impressões empíricas e valendo-se da existência puramente simbólica para sustentar os argumentos de região e fronteiras, passa a ser, na história do mundo, significante e significado de uma série grandiosa de conflitos, seja entre seu próprio povo, seja entre outro povo, organizado a partir de outros elementos simbólicos - ou, poderíamos dizer, pertencentes a outra nação.

A imagem que se constrói a partir de tais princípios e, ao longo da história, evocou movimentos históricos de autoafirmação que tiveram pressuposto diversos como o desejo de expansionismo, a conquista da hegemonia, a afirmação de sua força... por vezes, tais pressupostos desencadearam movimentos deploráveis com drásticas e desumanas

consequências, como é o caso da eugenia e do antissemitismo, que deram motor ao movimento *völkisch* que deu origem, posteriormente, ao desejo de renascimento nacional da Alemanha nazista.

Em 1985, num discurso ante o parlamento, ele (Hermann Ahlwardt) disse que os judeus eram “predadores” e “bacilos”. E que deveriam ser exterminados para o bem do povo alemão. Os nazistas herdaram tudo isso do movimento *völkisch*. Repetiriam seu vocabulário tintim por tintim (Szkalarz, 2014, p. 32).

Há de se esclarecer, todavia, que tais movimentos de afirmação da identidade nacional não necessariamente implicam a cizânia com grupos externos: as revoluções, sobretudo no contexto moderno e contemporâneo são exemplos que mereciam ser analisados, porém não nos cabe no presente artigo. Desta forma, voltemos o olhar novamente ao recorte cronológico em questão e observemos a sutileza de suas movimentações que fizeram da ideia de identidade nacional seu escudo para desenrolar os fatos que mergulharam o país no exato momento “quando a democracia brasileira tomou o caminho da breca” (Gaspari, 2002, p. 41).

Partindo do exposto nesta breve introdução, compreende-se a amplitude dos termos ligados à ideia de nação, cuja presença é constante nos discursos inflamados da oposição, no que tange não somente a revolta dos marinheiros, mas cada ato e fala do presidente João Goulart durante a inesquecível semana santa que antecede o golpe de 1964. A análise do manifesto à nação de Auro Moura Andrade pode ser feita a partir da ótica de uma via de mão dupla, no caso, a conclamação de união do povo em apoio às Forças Armadas e um apelo que afirma ser este o único meio de salvaguardar o Brasil da ameaça vermelha.

“A nação deve, pois, reunir-se em torno de suas Forças Armadas. Deve exigir que se respeite a hierarquia e que não se subverta a sua disciplina”.<sup>v</sup> Com este imperativo, Auro prossegue seu discurso aos 29 de março dirigido ao povo, tendo a consciência de que, neste momento, estar ao lado dos militares era, ao mesmo tempo, um ato de repúdio aos ditos rebeldes e ao presidente que os apoiara. Para tanto, o levante popular já havia se organizado e aguardava a voz de autorização de seus líderes golpistas, a elite conservadora em nome de Deus, pela liberdade, que já armada com seus rosários e placas, se posiciona atrás do escudo das armas que possuía o exército que se armava contra a oposição, a favor delas.

Segue-se o manifesto, agora com um apelo direto ao levante popular, reforçando, ao mesmo tempo, a certeza de que tal levante garantirá a vitória de seus interesses: “deve, acima

de tudo, levantar-se vigorosamente contra os agentes do comunismo internacional, que se tomam de audácias cada vez maiores e já agora crescentes e ameaçadoras, na suposição de que não se organizaria a resistência”.<sup>vi</sup> Nota-se, portanto, a conclusiva da afirmação como suposição de vitória da oposição, uma vez, segundo o Senador, que tais agentes comunistas não se organizariam caso fosse certa a resistência. Tal, portanto, é compreendida no corpo do discurso como finalidade e método - finalidade, pois é apresentada como realização de um fim; método, pois se caracteriza como ação prática através da qual tais interesses se concretizarão.

Neste momento, a crise social já era certa e o caos já estava instaurado; era necessário garantir que o crescente número de apoiadores deste ideal seria suficiente para não se submeter novamente a um novo movimento de legalidade. Não se tratava de subtrair do presidente sua base de apoio- não estava, porém, fora de cogitação; se tratava de fazer crescer e se espalhar o apoio a tais ideias. Tal estratégia não era inédita nos movimentos nacionalistas de autoafirmação, mas fora herdado dos Estados Unidos como ideologia durante as disputas da guerra fria, como é o exemplo do macarthismo, e sustentada, no esboço das camadas sociais, pelos apelos de lideranças políticas e religiosas, como é, aqui, o caso de Auro Moura Andrade e das cruzadas de oração do Padre Patrick Peyton, respectivamente.

“Quem dá, vende, ou abandona a própria liberdade, está lesando a Pátria, ao diminuir-lhe o patrimônio mais valioso”,<sup>vii</sup> afirma Auro na sequência de seu manifesto. E ainda: “os que não falaram, falem, e os que ainda não agiram, ajam, e os que ainda não se mobilizaram, mobilizem-se”.<sup>viii</sup> Tal alusão, podemos afirmar amparados no pensamento de Anne-Marie Thiesse, constitui uma das formas de representação da nação, um “culto da tradição” (Thiesse, 2008) que faz referência direta à salvaguarda da liberdade que, segundo tais discursos, só seria garantida pela expulsão dos ideais comunistas – o que reforça a já afirmada comparação entre tais discursos e o macarthismo estadunidense.

## Considerações finais

A vigilância em guardar fiel e intacta a democracia é parte do compromisso do povo, cuja garantia lhe permite a participação ativa e consciente frente aos impropérios vindos de seus próprios alicerces. Após a análise, fica claro que o esforço por corromper suas estruturas

fora maquinado, discreta e internamente, desde a esfera civil à esfera militar, utilizando de discursos que a exaltavam para a fazer descer ao mais baixo grau de resistência e, até mesmo, sobrevivência.

A análise de Anne-Marie Thiesse (2008) nos leva a refletir acerca de uma das definições do senso comum, presentes nos discursos políticos desde os tempos de outrora aos mais contemporâneos, alargando os limites de nossa capacidade crítica de análise do cenário em questão e nos permitindo verificar a solidez de tais falas, com o olhar no desenrolar dos fatos já ocorridos, em relação às perspectivas que almejamos para os dias vindouros, como indivíduos de uma sociedade.

No cenário político atual percebemos a desassociação da memória histórica aos clamores populares de uma grande parcela da sociedade que, alimentada pelas falsas verdades do passado e saudosa dos sombrios tempos de censura, clama pela possibilidade de um novo golpe, dando aos militares o poder de governo como forma de “salvação” do país. Conforme afirma Koselleck, tais clamores representam “estruturas que permanecem guardadas no inconsciente[...], cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos (2006, p. 137).

Investigar os interesses por trás das ações de financiamento e analisar o discurso de manipulação da elite conservadora no golpe de 1964 com os olhos voltados à contemporaneidade é, sem sombra de dúvidas, perceber a dissociação linear entre os eventos que se desdobraram a partir de uma série de fatos e a repetição dos mesmos fatos, vindos da mesma esfera social que, tendenciosamente, levarão ao mesmo caos. Faz-se necessário, portanto, compreender a fundo como o referido caos se instaurou, a partir da oficialização do discurso político, estabelecendo o propósito de analisar o ambiente no qual se desenrolaram tais fatos, a mentalidade que os sustentou e as ações internas, discretas e silenciadas que dissolveram, aos poucos, a magna democracia, para possibilitar uma aguçada crítica ao presente, no qual tal mentalidade está gerindo ações potencialmente destrutivas e com efeitos de atração em grande massa.

## Referências

ARAUJO, Maria P.; REIS, Desirree; SILVA, Izabel P. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ANDRADE, Auro Moura. **Sempre pela democracia**. Brasília: Imprensa Nacional, 1964.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais** - Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 113-134, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000200007>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. V. 3: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/PUC, 2006.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, Hélio. **A renúncia**. Rio de Janeiro: Três, 1975.

SZKLARZ, Eduardo. **Nazismo: como ele pôde acontecer**. 2. ed. São Paulo: Abril, 2014.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 7-23, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609>. Acesso em: 09 ago. 2023.

## Notas

<sup>i</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO, 14 de abril de 1964, p. 3.

<sup>ii</sup> Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.

- 
- iii Trecho do discurso de Auro Moura Andrade por ocasião de sua eleição ao cargo de presidente do senado, aos 10 de março de 1964.
  - iv Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.
  - v Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.
  - vi Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.
  - vii Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.
  - viii Trecho do Manifesto à Nação de Auro Moura Andrade, aos 29 de março de 1964.